

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

N^{os} 52 e 53
Novembro/Dezembro – 2004

S U M Á R I O

- 2 *A crise da Bolívia e os interesses brasileiros*
Pio Penna Filho
- 4 *A proteção internacional do direitos humanos e a Reforma do Poder Judiciário no Brasil*
Aldo de Campos Costa
- 6 *A China e seu Projeto para o Século XXI – A dimensão cultural*
Paulo Antônio Pereira Pinto
- 9 *Brasil: Fome Zero mundial*
Virgílio Arraes
- 12 *O Brasil, a América do Sul, e o mundo*
Janina Onuki
- 14 *Brasil e China: a mudança para a economia de mercado, e agora?*
Renato Silva Cardoso
- 16 *A questão de Taiwan e o interesse para o Brasil (II)*
Paulo Antônio Pereira Pinto
- 19 *Dois anos da Política Externa de Lula*
José Flávio Sombra Saraiva
- 21 *A encruzilhada sul-americana: integração regional e inserção global*
Thiago Gehre
- 24 *Brasil e China: parceria promissora*
Virgílio Arraes

A crise da Bolívia e os interesses brasileiros

Pio Penna Filho*

A Bolívia é um país que possui algumas características específicas no contexto sul-americano. Historicamente, foi no altiplano boliviano que se iniciou o processo de independência das colônias hispânicas no subcontinente muito embora, curiosamente, a Bolívia terminou por ser o último território hispânico na América do Sul a obter a independência, em 1825. Em termos geográficos, o país representa um divisor de águas na América do Sul, integrando simultaneamente duas grandes regiões, a zona andina e a zona platina.

Os interesses do Brasil na Bolívia são múltiplos e evidentes, sem contar o fator histórico e a enorme fronteira comum entre os dois países. Atualmente, o mais importante para o Brasil na Bolívia é a exploração do gás boliviano, com grandes investimentos da Petrobrás no país vizinho. Além disso, deve-se levar em consideração a questão da cocaína, do fluxo migratório de bolivianos para o Brasil, especialmente para São Paulo, onde boa parte deles acaba sendo submetida a uma superexploração em condições desumanas de trabalho e também a questão relativa à segurança nas áreas de fronteira, especialmente na fronteira de Mato Grosso (mas não apenas), área onde há considerável fluxo de ilícitos, geralmente associados a roubos diversos (automóveis, motocicletas, tratores, caminhões, equipamentos agrícolas e tudo o mais que satisfaça aos vendedores e compradores de cocaína) com ligações com o tráfico internacional de drogas e que acabam explodindo e alimentando a violência urbana das grandes cidades brasileiras.

Não há dúvida, contudo, que o principal interesse brasileiro na Bolívia está relacionado, como ressaltado acima, à exploração do gás para utilização industrial nas regiões sul, sudeste e centro-oeste brasileiras. Os

investimentos da Petrobrás na Bolívia para a exploração do gás são estimados em cerca de dois bilhões de dólares, o que faz com que a estatal brasileira seja uma das empresas que mais investem no país vizinho.

Nesse sentido, os últimos acontecimentos na Bolívia interessam diretamente ao Brasil, sobretudo porque estão estreitamente relacionados à exploração do gás boliviano. Um dos fatores que anima multidões de bolivianos, especialmente dos setores da sociedade mais marginalizados, é uma ampla campanha de tipo nacionalista que identifica na exploração dos recursos naturais bolivianos pelo capital estrangeiro uma forma de usurpação, a qual tem potencial de eliminar o que consideram ser talvez a última chance do país em utilizar um recurso energético específico (o gás) que poderia ser utilizado para alavancar o desenvolvimento nacional.

Para complicar o quadro, ainda está viva na memória de boa parte dos bolivianos nem tanto a exploração da prata, levada aos montes pelos espanhóis, mas sim a drenagem do estanho, que gerou riqueza altamente concentrada em mãos de poucos. Além disso, há ainda na Bolívia uma espécie de sentimento coletivo de ressentimento com a perda de seu acesso ao litoral, ocorrida na Guerra do Pacífico e na qual, com a condição de estado vencedor, o Chile capturou esse importante território boliviano. O fato de que parte do gás que estaria sendo vendido para os Estados Unidos da América seria escoado por portos chilenos, atiçou ainda mais a ira de algumas lideranças populares bolivianas, o que ajudou a inflamar o discurso contra a exploração do gás.

Esses setores, agitados pelos chamados “cocaleros” e constituído em sua maioria por

* Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e Professor de História Contemporânea e História da América na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

populações de origem indígena, historicamente marginalizadas, voltaram-se contra o governo, que afinal foi identificado como entreguista e conivente com os grupos internacionais interessados no gás do país. A intensidade dos protestos e a violência daí gerada acabou provocando o isolamento da capital, mortes de manifestantes e a renúncia do presidente.

O Brasil acompanhou com atenção e preocupação o desenrolar dos acontecimentos, tanto

por motivos políticos quanto econômicos. Do ponto de vista político importa evitar que um país sul-americano entre em estado de insolvência, como pode acontecer com a Bolívia. Do ponto de vista econômico, está na ordem do dia a garantia de que os pesados investimentos no país vizinho não sejam prejudicados e que o Brasil possa contar com mais essa fonte energética para a continuidade da expansão de sua base industrial.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

A proteção internacional do direitos humanos e a Reforma do Poder Judiciário no Brasil

Aldo de Campos Costa*

Ao contrário do que vem sendo sustentado por alguns juristas, a Emenda Constitucional n° 45, de 8 de dezembro de 2004 (Reforma do Poder Judiciário), além de não ter eliminado a polêmica doutrinária e jurisprudencial concernente à hierarquia dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos, prestou-se apenas para trazer ainda mais confusão à exegese da matéria.

A inclusão do parágrafo 3° ao art. 5° da Constituição Federal, que estabelece que os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas da Constituição, foi absolutamente infeliz. Pessoalmente, entendo que a redação do dispositivo reforçou a interpretação que sustenta a paridade hierárquica entre tratado e lei federal, que não é endossada, a meu ver, pelo art. 5°, parágrafo 2°, da Constituição de 1988, em que pese seja partidário da tese que atribui natureza materialmente constitucional aos tratados de direitos humanos.

O problema é que o parágrafo incluído pela Emenda Constitucional não abre uma porta para que se possa conferir o mesmo regime jurídico aos tratados de direitos humanos já ratificados pelo Brasil àqueles que futuramente o serão. Isso traz reflexos, na prática, porque, sendo signatário dos mais importantes tratados internacionais de direitos humanos, entre os quais o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica), o Brasil reúne-se freqüentemente com outras nações, no plano internacional, para firmar declarações complementares e subsidiárias àqueles tratados, no

intuito de aprimorar e desenvolver os compromissos ali estabelecidos. Contudo, se partirmos da premissa adotada pelo parágrafo 3° do art. 5° da Constituição Federal, seria possível que se conferisse hierarquia constitucional a documentos complementares e subsidiários que fossem ratificados após a inclusão do aludido dispositivo, impedindo, irracionalmente, a atribuição do mesmo *status* aos instrumentos principais, pela singela razão de terem sido ratificados anteriormente à introdução, em nosso ordenamento constitucional, do malsinado parágrafo 3° do art. 5°.

O anacronismo foi muito bem observado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, quando examinou as alterações propostas pela PEC 29/2000, acerca da Reforma do Judiciário, no tocante à inclusão do parágrafo 3° ao art. 5° da Constituição Federal. Sugeriu-se, na oportunidade, que a redação do dispositivo afirmasse simplesmente, que “os tratados internacionais de proteção de direitos humanos ratificados pelo Estado brasileiro *têm* hierarquia constitucional”; ou, alternativamente, que a redação do parágrafo 3° do art. 5° fosse reformulada para a seguinte “os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, *gozarão* de hierarquia constitucional”. Como as propostas não surtiram efeito, surgiu então o dilema: como encontrar uma solução para que se confira o mesmo regime jurídico dos tratados internacionais de direitos humanos que venham a ser ratificados pelo Brasil àqueles *já* ratificados pelo Brasil, e que por ora, sustentam hierarquia paritária às das leis federais?

Dado que não se imagina a renovação do processo legislativo dos decretos legislativos que ratificaram os

* Advogado criminalista e professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB).

tratados em questão, a salvaguarda da coerência do sistema, de duvidosa constitucionalidade, estaria, eventualmente, na elaboração de uma resolução do Congresso Nacional, que se encarregaria de regular a matéria.

Tem-se, assim, uma idéia de como andou mal – muito mal – a Reforma nesse ponto.

Advogado criminalista e professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB).



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

A China e seu Projeto para o Século XXI – A dimensão cultural

Paulo Antônio Pereira Pinto*

A visita do Presidente Hu Jintao, da República Popular da China, ao Brasil, oferece oportunidade à reflexão sobre as condições para que, no início do século XXI, se materialize o “sonho” chinês de **unidade, independência e prosperidade**.

Esse projeto nacional, a propósito, estava claramente presente na afirmação de Mao Zedong, quando, em 1949, anunciou que “o povo chinês levantou-se” – referindo-se, portanto, a um projeto de nação mais abrangente do que uma proposta de inserção da República Popular, que se instalava na China, em cenário internacional, permeado por referenciais de valores estrangeiros à civilização chinesa. Tratava-se **de uma afirmação cultural**, seguida por exortação para que se “sacudisse o mundo”, após os últimos cem anos de dominação estrangeira.

Verifica-se, a propósito, que a vitória de Mao deveu-se, primordialmente, ao apoio da população rural, que imprimiu visão impregnada de seus próprios valores às metas de governo da República Popular, que iniciava sua existência. Como resultado, a base de sustentação do Partido Comunista Chinês sempre foi muito mais ampla do que a expressa nos partidos comunistas na Europa Oriental, incluindo a ex-União Soviética.

A partir de 1978, quando teve início o projeto de modernização chinês, o Partido Comunista começou a proporcionar melhoria dos níveis de vida na China, em oposição à estagnação econômica vigente no antigo bloco liderado pela URSS.

Registra-se, a respeito, que noções como a de “economia socialista de mercado”, apresentadas

como objetivo do processo de reformas da China, iniciado na década de 1970, representa tentativa de obter-se equilíbrio entre valores de igualdade – socialistas – e de eficiência – mercado. Nessa perspectiva, almejar-se-ia permitir que as pessoas enriqueçam, tendo sempre em vista a prosperidade comum como uma meta socialista a ser atingida, bem como tomando precauções no sentido de evitar hiato crescente entre setores sociais distintos.

Até meados do século XIX, quando se iniciou a interferência européia no Extremo-Oriente, a China desempenhou papel político dominante, bem como foi o centro radiante de civilização no Sudeste Asiático, em virtude de seu desenvolvimento cultural e sofisticada capacidade de governança. Por isso, os vizinhos ao Sul eram atraídos em diferentes graus à esfera de influência chinesa, em busca de fonte de inspiração e legitimidade política. O Império chinês reciprocava, atribuindo àquelas nações vínculos especiais.

A maioria dos países do Sudeste Asiático compartilha, portanto, de passado que os inseriu, em maior ou menor escala, em esfera de influência político-cultural chinesa. Hoje, esta herança poderá contribuir para traçar o perfil de um bloco político de interesses recíprocos e de mega proporções, que viria a incluir a China e países situados ao Sul de suas fronteiras. Esse processo de cooperação vem sendo marcado pelo ressurgimento de hábitos e normas de comportamento antigos, que se tornam fatores de agregação e mesmo de progresso na área, resultando em agenda própria de preocupações.

* Diplomata de carreira e já serviu por mais de dezesseis anos na região da Ásia-Pacífico, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura e Manila, em missões permanentes, e Xangai e Jacarta, provisoriamente. Em setembro de 1994 foi o coordenador da primeira missão acadêmica brasileira que visitou Cingapura, Pequim e Hong Kong. Atualmente é o Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, Taiwan. As opiniões expressas neste artigo não expressam os pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Entre esses valores, são identificados: a disciplina social; a ênfase na participação comunitária; a importância do relacionamento pessoal; o caráter prioritário da educação; a expectativa de liderança governamental; a aversão ao individualismo; a perspectiva de longo prazo; a propensão a evitar conflitos legais; a preocupação constante com a harmonia; a unidade familiar; e o sentido do dever.

Nessa perspectiva, cabe assinalar que, quando se fala em tais referenciais, lembra-se que idéias relativas à harmonia e preponderância do social sobre o individual, apesar de utópicas, sempre estiveram presentes na filosofia chinesa, através dos séculos, como um ideário de sociedades essencialmente agrárias.

Lembra-se, a propósito, que a crença de que estaria em curso um “Milagre Econômico Asiático”, na década de 1980 e meados da seguinte, proporcionava a sensação de existência de oportunidades de investimentos ilimitadas no Sudeste do continente.

A regionalização da produção, acreditava-se, então, evoluía, na medida em que a interação de novas tendências, como a redução nos custos da mobilidade dos fatores de produção e as economias de escala exigidas por processos produtivos crescentemente sofisticados, proporcionaram o surgimento dos chamados “tigres” ou “novas economias industrializadas”. Os efeitos de tais reajustes seriam evidentes no aparecimento de formas de relacionamento inovadoras, que incluíam diferentes tipos de parcerias entre Japão, novas economias industrializadas no Sudeste Asiático e partes da China.

A emergência de certos países e agrupamentos regionais, sempre de acordo com esta linha de raciocínio, não se deveria a experiências isoladas, mas a fenômeno integrado, que projetaria sobre a área, como um todo, os benefícios da acumulação de capital e da experiência modernizadora resultante da aplicação prática de novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Seguiu-se, no entanto, crise financeira regional, iniciada com o colapso do “baht” – moeda da Tailândia, um dos “tigres” em formação – a partir de

1997. Desde então, ganharam maior importância comentários e análises sobre os efeitos da corrupção, incêndios florestais, tráfico de drogas e mulheres e pirataria, entre outros males que estariam assolando aqueles países asiáticos. Não existiria mais o paradigma tão claro que, na forma descrita acima, permitiria aferir com segurança uma análise tão favorável da área em questão.

Passou-se a reconhecer, na região, dinâmica própria com o fortalecimento da cidadania e agenda de preocupações dispersa, agora não mais ordenada pela hegemonia de questões econômicas equacionadas a partir de modelos e raciocínios ditados de fora do continente asiático. Cada questão surgida, nesse contexto, obedeceria a uma lógica autônoma e poderia envolver atores e organismos, que não trabalhariam necessariamente em obediência à razão de Estado.

A estabilidade e o progresso na Ásia-Pacífico passaram a ser entendidos, por certos setores de opinião, como dependentes cada vez mais, de **processos de cooperação que garantam a negociação entre suas diferentes culturas.**

Nesse contexto de reorganização regional, enquanto ocorreu o recuo das esferas de domínio de Washington e Moscou, com o término da Guerra Fria, tornou-se possível o ressurgimento de influências político-culturais antigas, como a chinesa. Hoje, quando se discutem os efeitos da presença avassaladora da cultura de massa, resultante da globalização, os países da área buscam, em sua própria região, marcos de referência que permitam afirmar valores, idéias e crenças, consolidadas através de uma história compartilhada numa geografia determinada.

Na Ásia-Pacífico, nessa perspectiva, passou-se a verificar que se encontra em gestação um novo conjunto de mudanças que não afetam apenas a economia, através da reorganização freqüente de suas vantagens competitivas, transformações técnico-industriais nas formas de produzir e alterações na organização da sociedade. Tudo isso ocorre, no entanto, com a preservação de valores culturais que, passando de geração a geração, garantem uma base de sustentação do modelo que se consolida.

Nesta perspectiva, verifica-se que, não apenas pela remoção de barreiras tarifárias na fronteira são formados agrupamentos regionais. Trata-se, principalmente, de movimentos que tendem à cooperação entre sociedades, com a harmonização de regras como base de reorganização produtiva e, eventualmente, social.

A integração econômica regional, ademais, talvez não aconteça, meramente, através da réplica, aqui, das normas de economia de mercado e de governança nos moldes anglo-saxões, decorrentes da expansão do “production sharing”, da livre circulação dos atores econômicos globais e da mundialização de valores de organização política vigentes no Ocidente. A alternativa a ser examinada seria a possibilidade de vir a prevalecer o somatório de interesses compartilhados por diferentes “redes” asiáticas – formada cada uma por chineses, indianos, malaios, japoneses e outros – que, após a consolidação desse processo de “convergência de civilizações”, gradativamente, negociariam uma agenda comum com a vertente norte-americana da Bacia do Pacífico e, em seguida, com outras partes do mundo.

Nesse contexto, cumpre ressaltar o papel de força motora desempenhado pelos chineses de ultramar, espalhados pela Ásia-Pacífico. Graças a esses atores econômicos, criaram-se marcos de referência, incluindo valores, idéias, crenças, consolidadas através de uma história compartilhada, numa geografia determinada. Laços foram estabelecidos, assim, a partir do fato de falarem o mesmo dialeto, pertencerem à mesma família ou serem originários de um único povoado, província ou região. A relação de confiança, que tais condições conferem a transações comerciais e financeiras, nesta parte do mundo, supera a capacidade de coerção ditada por muitos diplomas legais no Ocidente.

Ocorre, assim, a emergência de uma área de interesses recíprocos e de mega proporções, que

exercerá influência determinante no ritmo de integração e cooperação de uma “Grande China”, que, segundo alguns, poderá futuramente, incluir não apenas Hong Kong, Macau e Taiwan, mas também os “Overseas Chinese”, situados em países vizinhos, no Sudeste Asiático.

Existe, contudo, a possibilidade de que seja formado um grupo econômico gigantesco na Bacia do Pacífico, a ser constituído pelos países membros da Associação dos Países do Sudeste Asiático, mais China, Japão e Coreia do Sul – denominado ASEAN+3 – que, pela primeira vez, não contempla a vertente norte-americana daquele oceano, nem os países “brancos” da Oceania. Nota-se, a propósito, que tal estrutura econômica regional em construção incluiria 1.7 bilhões de pessoas, com PNB estimado em US 1.7 trilhões e poderia contar com mecanismos muito peculiares a servir de cimento para a estabilidade política e social.

Tal evolução poderia ocorrer com a busca da preservação de valores culturais, como garantia de base de sustentação, a partir do ressurgimento de hábitos e normas de comportamento antigos, que permitiriam às diferentes sociedades da área recuperarem a capacidade de perceber o meio em que vivem, como parte da proteção de suas aspirações e interesses coletivos.

Na prática, o grupo ASEAN+3 poderia vir a constituir-se em bloco político de interesses recíprocos e de enorme proporções, negociado a partir do entendimento entre diferentes culturas regionais e resultando em mecanismos de cooperação capazes de provocar transformações na estrutura social dos países incluídos.

Projeto nacional chinês para o século XXI, poderá significar, portanto, afirmação cultural capaz de fortalecer a unidade, independência e prosperidade de um mega bloco na Ásia-Pacífico, em condições, realmente, de “sacudir o mundo”.



Brasil: Fome Zero mundial

Virgílio Arraes*

No Ocidente, os partidos democráticos progressistas deslocariam seu pêndulo progressivamente para o conservadorismo, a partir do último quarto de século, em decorrência de dois acontecimentos capitais: *grosso modo*, a crise da social-democracia no início da década de 70 e a derrocada do comunismo no final dos anos 80. Ressalve-se que, em cada país, houve posturas diferenciadas para a transição. Na Itália e Reino Unido, por exemplo, o processo seria compassado, de modo que seria mais debatido e, desta forma, mais transparente.

De maneira geral, a transição – com inclusão transformada em compensação – seria marcada sob o rótulo genérico da 3ª Via, cujo fator de agregação seria o credo de uma possível humanização do capitalismo, com a renúncia à elaboração de novas práticas sócio-econômicas, que revitalizassem o ideário social-democrata – e mesmo socialista – desgastado de modo variado desde os anos 70.

No Brasil, o desgaste interno da ditadura militar – com a natural abertura política – e o externo da União Soviética (URSS) – com o enregelamento político e o desenvolvimento da Doutrina Brejnev, prevista a utilização da força para preservação de sua área de influência – possibilitaria a maturação de uma proposta política progressista – Partido dos Trabalhadores (PT) amparado na classe média urbana – que granjearia, aos poucos, maior participação no novel sistema político do período formalmente democrático a partir da década de 80.

Assim, ao atingir o cume com a chegada à Presidência, aguardar-se-ia o alargamento do emprego de seu ideário sócio-econômico, que, a despeito de não encaixar em ruptura, por outro, registrava rigor crítico com relação à doutrina neoliberal executada com indisfarçável entusiasmo em

dois mandatos pela coligação do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e o da Frente Liberal (PFL). Mesmo sem arroubos significativos em seu programa de governo, o PT delinearía o social como eixo do desenvolvimento econômico, ao questionar os efeitos da gestão PSDB/PFL, simbolizada, a seu ver, pela acentuação do desemprego, má distribuição de renda e exacerbação das tarifas públicas, mediante a privatização.

Como contraponto, destacar-se-iam três pontos, dos quais um seria a distribuição de renda – a ser efetivada pela reforma tributária, agrária e urbana – sem descurar da recuperação do salário mínimo. Deste modo, a conseqüência seria o desenvolvimento por meio da ampliação de uma sociedade de consumo em massa. Como complemento ao aumento direto da renda, valer-se-ia de medidas compensatórias, de matiz temporário, a fim de amenizar as agruras de quase 1/3 da população ligada, de modo geral, à pobreza e miséria. Enfatizar-se-ia a todo o momento o congraçamento da política econômica com a social, de forma que o desenvolvimento ocorresse sem sobressaltos significativos e de modo duradouro. Todavia, decorrida quase a metade do mandato, nota-se o esmaecimento das diretrizes propostas ao longo da campanha.

As restrições efetivas à política econômica herdada são posológicas, isto é, relacionam-se à dosagem dos ‘remédios’ – juros altos, prioridade das metas inflacionárias, aumento do superávit fiscal, restrições a investimentos públicos (o menor desde 1984, a fim de estimular a aprovação do polêmico projeto Parcerias Público Privadas)- e, além delas, há o patente desinteresse em relação à recuperação do salário mínimo. A gestão atual e a anterior são tão próximas que Alain Touraine afirmaria que Lula estaria

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

à direita de FHC. Para ele, as possíveis diferenças seriam mais 'implícitas' que explícitas (Cf. *Jornal do Brasil*, 17 out 2004. Caderno País, p.2). Restaria, pois, ao governo reforçar políticas sociais compensatórias – principalmente por meio do programa Fome Zero, cuja principal plataforma é o Bolsa Família, união de quatro programas sociais do tempo de FHC – ao resignar-se a não alterar nenhuma das estruturas sócio-econômicas a que se propusera antes de assumir a Presidência.

Destarte, a similaridade estender-se-ia à política externa, visto que a diferença máxima entre os dois mandatos encontra-se na intensificação da retórica crítica às políticas de poder das principais potências. Para tanto, participações internacionais transformam-se no proscênio para declamações sistemáticas e gerais sobre injustiças da nova ordem internacional, sem, contudo, minuciar efetivamente seus componentes desfavoráveis para, mais adiante, propor itens que satisfizessem as especificidades e interesses da sociedade.

Em função da perduração de políticas públicas implementadas ainda no início dos anos 90 e da sua rejeição no último pleito executivo, não encontra mais ressonância o queixume já rotineiro do Presidente perante o público nacional sobre as dificuldades de administrar e desenvolver um país desigual, de forma que o encanto apenas se mantém junto a platéias internacionais, desavisadas da contradição entre a lamúria externa e a crença interna do modelo neoliberal. Para tanto, relembre-se que, na 3ª Cúpula da América Latina, Caribe e União Européia, o Presidente afirmou:

Com grandes sacrifícios, estamos empreendendo (...) a reestruturação de nossas economias. Modernizamos e tornamos mais eficiente a ação governamental (...) Mas é evidente que não basta fazer o dever de casa. Mais grave: todo o nosso sacrifício não impediu que se mantivessem inalteradas ou, pior, se agravassem as estatísticas da fome, da pobreza, do desemprego, da desesperança (*Folha de São Paulo*, 29 maio 2004. Caderno País, p.11).

Por conseqüência, não haveria discrepância entre a proposta mais ambiciosa do atual governo ao

mundo e seu projeto interno mais significativo: a aplicação do Fome Zero sem limites geográficos – *Zero Hunger*. Constatada simultaneamente a impossibilidade de mudança do ideário econômico e da estrutura sócio-econômica, o gerenciamento de programas sociais compensatórios destina-se a permanecer indefinidamente, não obstante serem acompanhados da rubrica 'emergencial'. No início do ano, a Organização para Agricultura e Alimentação (FAO), ao mencionar positivamente o Fome Zero, legitimaria o governo brasileiro a encabeçar a sua universalização em encontro na Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro último, ao aproveitar-se do ambiente propício gerado pelo programa Metas do Milênio, do qual um dos oito objetivos seria a erradicação até 2015 da pobreza absoluta e da fome.

Na visão do governo, crer-se-ia que o tema chamaria tanto a atenção dos países de 3º Mundo – mais afeitos a ele que à questão de terrorismo e segurança – bem como do 1º – visto ser uma solução paliativa, ao clamar pela constituição da taxa das transações financeiras de paraísos fiscais (0,01%) e das vendas mundiais (cerca de US\$900 bilhões anuais) de armas de grande porte ou ainda da destinação equivalente de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países desenvolvidos. Com tal encaminhamento, não se interferiria diretamente nas mazelas advindas da formulação e posterior aplicação irrestrita de programas de organismos internacionais e das relações político-econômicas rotineiramente desiguais entre países centrais e periféricos.

Embora contasse com 110 países representados, não atrairia a atenção das potências principais, dado que, do 1º Mundo, apenas seis chefes de Estado compareceriam – Espanha, Finlândia, França, Portugal, Suécia e Suíça. Os Estados Unidos representar-se-iam por Ane Veneman, Ministra da Agricultura, que desqualificaria a proposta de criação de um imposto internacional – 'Impossível por ser antidemocrático'.

Por conseguinte, o único galardoadamento obtido advém da condecoração Aliança Internacional Contra a Fome recebida, em outubro, da FAO. Baseado na

experiência da versão nacional, que registra problemas na sua execução, em face de metas estrepitosas, o governo brasileiro deveria por de lado a proposição de objetivos grandiosos e sugerir o cumprimento de parâmetros mais modestos e, desta forma, mais factíveis como a maior participação na própria FAO – visto que seu triênio no conselho da organização

encerra-se em dezembro – ao pleitear, no próximo ano, a sua direção geral ou ainda a sua reestruturação, por exemplo, por meio da ampliação do seu orçamento. Com menos mercadologia e conseqüentemente menos estardalhaço, o país poderia contribuir de modo mais efetivo para minorar os efeitos da desigualdade mundial.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2004 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

O Brasil, a América do Sul, e o mundo

Janina Onuki*

A recente reunião do Grupo do Rio reafirmou o empenho do governo brasileiro em se colocar como uma liderança regional, ampliando dessa forma sua visibilidade internacional. Embora o objetivo de construir uma integração sul-americana não seja recente na agenda do governo brasileiro (apenas para citar iniciativa do governo anterior, em setembro de 2000 Fernando Henrique Cardoso reuniu todos os presidentes na Cúpula Sul Americana), o fato é que o atual governo tem apontado este objetivo como sendo o resultado de uma postura mais assertiva em termos de convergência da política externa brasileira à atuação internacional do País.

O Brasil tem se mostrado firme nos seus objetivos, e na coordenação das suas atitudes externas. Independente de críticas à atuação brasileira, existe uma coerência nas propostas que vão desde o incentivo à continuidade do G-20 (criada durante a reunião da OMC em Cancun em setembro de 2003), à proposta da IBSA (Acordo entre Índia, Brasil e África do Sul), passando pela reafirmação do compromisso em aprofundar o Mercosul, e estender a integração para os demais vizinhos da América do Sul.

Todas essas propostas parecem ressuscitar no Brasil, o sentimento de *global player*, agora com a perspectiva de que estamos caminhando pelo lado certo, ao nos associarmos com países supostamente com a nossa mesma estatura política, de forma a fortalecer nossa posição no cenário internacional, antes de negociar diretamente com as grandes potências. Esquece-se, entretanto, que as chamadas potências médias podem ser nossas competidoras, e o potencial de convergência de interesses gerais, inclusive do ponto de vista político, pode ser baixo entre esses países. A expectativa é que a formação de coalizões ad hoc para negociar temas específicos seja mais viável do que a manutenção de um bloco

permanente com características comuns e interesses políticos mais amplos.

Neste mesmo movimento, no plano regional, o Brasil voltou a reafirmar seu objetivo de se aproximar – e liderar – a América do Sul para resolução de problemas que nos afligem diretamente. Na Reunião do Grupo do Rio, ocorrida nos dias 4 e 5 de novembro último, o Brasil convocou os vizinhos sul-americanos e caribenhos para trabalhar em conjunto, em eventos práticos como a busca de solução para a crise no Haiti, como em aspirações antigas, como a ampliação do Conselho de Segurança da ONU, e a busca de o apoio à candidatura do Brasil a um assento permanente.

Mas os indícios, apontados pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva, de uma possível maior aproximação dos países que fazem parte do Grupo do Rio, e que apontariam para um avanço na integração sul-americana são muito incipientes para tamanha comemoração.

Há, efetivamente, poucas perspectivas de um avanço tão rápido nas propostas brasileiras: a formação do G-20 vai minguando à medida que outros temas – além da agricultura – vão se ampliando na agenda das negociações internacionais; o acordo entre Mercosul e Comunidade Andina ainda é bastante restrito e revela mais divergências do que possibilidades de resultados positivos no curto prazo; e a proposta de criar um Banco de Desenvolvimento para a região, aos moldes do BNDES, requer definição da sua estrutura, e da disposição dos países (sobretudo o Brasil) em disponibilizar recursos para financiamento de projetos de infra-estrutura na região.

Além desses problemas de ordem mais prática, embora tenha prevalecido o otimismo nos discursos presidenciais, surpreendeu a ausência do Presidente Néstor Kirchner da Argentina na reunião do Rio, e o cancelamento de última hora, sendo que a Argentina

* Professora de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pesquisadora do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (CAENI).

é a próxima a assumir a presidência pró-tempore do Grupo. O argumento oficial foi de que Kirchner enfrentava um momento difícil no seu País, e que estaria prestes a anunciar um novo “pacote econômico”. O argumento oficioso era de que o presidente Kirchner dá pouca importância a reuniões presidenciais por serem pouco efetivas. De fato, se analisarmos os resultados conquistados até o momento, há poucos indícios de pontos positivos. Mas do ponto de vista da estabilidade da região e da criação de perspectivas futuras do Mercosul, a postura argentina tende a enfraquecer o projeto integracionista.

À medida que os países não se comprometem efetivamente com a integração e com a ampliação do bloco, até dando indicativos do seu interesse em dialogar mais abertamente com seus vizinhos, a construção de uma agenda positiva continua comprometida. Afinal, o processo de construção de medidas de confiança deve ser permanente.

Essas divergências de prioridades por parte de Brasil e Argentina devem se refletir no Mercosul. A contínua dificuldade de coordenação de agenda, o aumento dos conflitos comerciais sem resolução, e a falta de compromisso com o projeto de integração regional, são riscos que podem comprometer, inclusive, as demais negociações extra-bloco em que os países estão envolvidos.

A esperança encontra-se na próxima reunião de Cúpula do Mercosul. Repetindo a postura brasileira na reunião do Grupo do Rio, o governo tem anunciado a reunião de Ouro Preto (prevista para 17-18 de dezembro deste ano), como um marco no processo de integração sul-americana, e na renovação do compromisso dos países em aprofundar o Mercosul. Mas a Agenda 2006 já revelava divergências de difícil coordenação.

A proposta da intitulada “Ouro Preto II” é relançar o Mercosul, dez anos após a criação da união aduaneira e da Tarifa Externa Comum, que institucionalizou o Mercosul como bloco, inclusive do ponto de vista jurídico internacional. Este novo “relançamento” (novo porque o bloco já foi relançado inúmeras vezes) prevê um novo modelo de integração,

distinto do modelo liberalizante adotado pelos governos Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem, acusados atualmente de terem instrumentalizado o Mercosul para legitimar suas políticas econômicas de abertura comercial, mais do que investido no bloco como um projeto comum de integração.

O novo modelo do Mercosul teria preocupações ampliadas além do plano comercial: deveria privilegiar a institucionalização do bloco, a inclusão de atores sociais, e os temas sociais, de forma que o projeto pudesse incentivar o desenvolvimento sustentável da região, e reforçar a idéia da integração sul-americana como um potencializador também do poder de barganha dos países nos vários fóruns internacionais.

O governo está apostando em Ouro Preto, mesmo sabendo que as representações diplomáticas não conseguiram, até o momento, chegar a um denominador comum no que se refere aos temas prioritários a serem incluídos na agenda da reunião. Às vésperas do Natal, o governo brasileiro espera fechar o ano com chave de ouro, pelo menos neste item da política externa.

Apesar das dificuldades, este tema continua atraindo o interesse de estudiosos, e defensores da integração. O I Seminário Internacional do Fórum Universitário Mercosul que se realizou na PUC/Rio, com apoio da Flacso/Brasil, Ministério da Ciência e Tecnologia, e BNDES, de 16 a 18 de novembro, reuniu especialistas e acadêmicos que têm estudado e acompanhado o tema da integração regional. Entre otimistas que percebem o momento atual como sendo uma boa oportunidade – com a disposição política dos governos em investir na região – para avançar no Mercosul, e os mais pessimistas que destacam as dificuldades de avançar em meio a tantos problemas e divergência de interesses, todos concordaram com o fato de que a integração sul-americana é um projeto político importante que não deve ser abandonado, pois continua a ser um fator de estabilidade para os regimes democráticos e pode potencializar maiores ganhos econômicos e comerciais.



Brasil e China: a mudança para a economia de mercado, e agora?

Renato Silva Cardoso*

Está causando grande celeuma nos meios empresariais e jornalísticos a decisão do governo brasileiro concedendo à China o status de economia de mercado, durante a visita do presidente Hu Jintao ao Brasil, no início de novembro.

Segundo a mídia, a decisão deveu-se, entre outros fatores: ao investimento chinês de US\$ 10 bilhões prometido para os próximos anos, à expectativa do comércio bilateral atingir US\$ 20 bilhões até 2007, ao acesso do mercado de carnes chinsês, aos contratos que beneficiariam a Embraer e a Companhia Vale do Rio Doce, ao fato do Brasil tornar-se um destino aprovado, abrindo a possibilidade de recebermos algo em torno de 100 milhões de turistas chineses, ao fornecimento de urânio e álcool às indústrias chinesas e ao apoio chinês à entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Podemos concluir que houve um grande encontro de interesses entre os dois países. O gigante asiático precisa de insumos minerais e agropecuários para alimentar o seu crescimento industrial e a sua população, recursos que os países sul-americanos possuem de sobra. Faltando apenas investir em gasodutos, portos, rodovias e estradas de ferro para transportar os produtos para a China. O Brasil não poderia escusar-se de tal oportunidade, afinal todos querem fazer negócio com a República Popular da China.

Durante todo o ano de 2004, várias delegações chinesas pediram aqui e em outros países o reconhecimento de sua economia como de mercado. Dentre os cerca de vinte países que já aceitaram a idéia, destacam-se: Nova Zelândia, Malásia, Cingapura, Tailândia, África do Sul, Congo, Camboja, Arábia Saudita, Filipinas e Nepal. São países com uma menor participação no comércio internacional. A U.E. e o Canadá estão analisando o mesmo pleito com grande

probabilidade de o atenderem nem que seja parcialmente. Os EUA em função do elevado número de ações antidumping contra a RPC, provavelmente serão o último país a conceder-lhe o tratamento de economia de mercado. O governo brasileiro, diante do trabalho de bastidores das autoridades chinesas, decidiu antecipar-se aos grandes players globais, o que representou um fato político de grande envergadura perante o mundo. Quando o presidente Hu Jintao chegou à Argentina, diante da decisão brasileira, o governo argentino não teve outra opção, a não ser fazer o mesmo, ao que se seguiram o Chile e o Peru. Ressalte-se que estes países também receberão vultosos investimentos chineses. Surgiu a partir daí uma preocupação generalizada com a determinação do “valor normal”, que agora não mais seria calculado via um terceiro país de economia de mercado mas sim com os próprios preços internos da China. Alega-se que a formação de preços chineses é fortemente influenciada pelo governo, que as normas de contabilidade não são confiáveis e que as negociações salariais entre empregadores e empregados não seguem um curso normal. Com isso o Brasil teria menos chance de vitória em ações contra o país asiático na OMC (Organização Mundial de Comércio). É o que pretendo refutar.

Antes de abordar a defesa comercial destaco duas tendências: 1ª) a China está investindo intensivamente em produtos com maior valor agregado, o que reduz o percentual de mão-de-obra utilizada, o mais abundante e criticado insumo chinês; 2ª) o governo está afastando-se discretamente do mercado, fazendo com que o mesmo se auto-regularize, isso também contribuirá para a acomodação dos custos em níveis normais.

A condução de investigações de *dumping*, subsídios e salvaguardas compete ao Decom

(Departamento de Defesa Comercial), no âmbito da Secretaria de Comércio Exterior. O decreto 1602/95, que regulamenta a aplicação de medidas antidumping, nos artigos 27 e 66, trata da melhor informação disponível, recurso que por si só rechaça informações que não puderem ser confirmadas. A prática do Decom mostra que os questionários enviados aos produtores chineses nunca foram respondidos, por diferentes motivos. As informações e/ou respostas que forem dadas ao processo administrativo, caso não possam ser verificadas, serão desconsideradas e poderão ser utilizadas informações de terceiros países. Portanto, o simples fato de termos reconhecidos a China como uma economia de mercado não é uma condição sine qua non para afirmarmos que as empresas brasileiras serão prejudicadas por exportações chinesas. Caso continue a omissão por

parte das empresas chinesas os processos transcorrerão como estão ocorrendo hoje, baseados na melhor informação disponível. A curto e médio prazo não creio que as empresas chinesas e o seu governo estejam preparados para uma condução de investigações antidumping de maneira diversa da atual.

Lembro ainda que o corpo técnico do Decom é altamente qualificado para detectar possíveis irregularidades na determinação do “valor normal” de um produto, além de possuir vasta experiência em processos administrativos de defesa comercial. O que nós precisamos é que as empresas brasileiras saibam que existe um órgão governamental atuante e que utilizem plenamente os recursos legais que estão à sua disposição para enfrentar a concorrência desleal seja de onde ela vier.



Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e adquira os livros publicados pelo IBRI

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .

A questão de Taiwan e o interesse para o Brasil (II)

Paulo Antônio Pereira Pinto*

No que diz respeito à questão de Taiwan, conforme já mencionado em coluna anterior, o interesse brasileiro pela disputa entre Pequim e Taipé transcende a curiosidade quanto à essência do debate entre a posição da RPC – de fazer prevalecer a idéia de “um país, dois sistemas” – e a de Taiwan – de propor “um país em cada margem do estreito”. Verifica-se, então, que alguns dos temas em discussão devem merecer atenção, por afetarem interesses do Brasil em regiões situadas em nosso entorno imediato e na África. É importante, também, registrar que técnicas de negociação utilizadas pelas partes chinesa e taiwanesa podem nos servir de ensinamento para gestões de caráter econômico ou interlocução política com o chamado “universo chinês”, onde China e Taiwan se incluem.

A título de recapitulação da essência da discussão entre Pequim e Taipé, cabe lembrar que a RPC baseia-se fortemente nos chamados “Cinco Princípios de Convivência Pacífica”, sustentáculo de sua política externa. Ao reivindicar absoluto respeito a sua soberania sobre Taiwan, enquanto salienta a necessidade da mesma postura em relação a outros Estados, a China defende ser este um dos fundamentos de nova ordem internacional. Tal política é aplicada pelos chineses, por exemplo, com relação à África, onde mantêm vigorosamente o apoio à soberania e independência de cada país, condenam qualquer interferência externa e, como resultado, pregam o direito de cada nação escolher seus sistemas político e econômico próprios.

Em contrapartida, Taiwan posiciona-se como ator a ser reconhecido em um mundo crescentemente globalizado, onde – parece acreditar – o Estado

tradicional teria sua importância reduzida. Ao mesmo tempo em que aparece lutando ferozmente – inclusive com seus amplos recursos financeiros – para manter e expandir seus vínculos diplomáticos, Taipé busca também integrar organizações internacionais, como a das Nações Unidas e Mundial de Saúde. Segundo observadores, contudo, os formosinos acreditariam que a ausência de relações oficiais com o exterior não seria fator impeditivo para sua participação da nova ordem internacional política e econômica.

Cada proposta tem implicações para o Brasil, na medida em que esteja sendo incluída na agenda de preocupações de países onde existem interesses importantes para nossa ação diplomática. Por um lado, Taiwan utiliza sua diplomacia financeira, dispondo-se, segundo divulgado aqui, a contribuir para a formação de uma área de cooperação econômica na América Central e Caribe, em troca do reconhecimento de seu direito a um Governo independente em Taipé. Junto com o aporte de capital são transferidos, também, conjunto de valores que fortalecem as tendências do processo atual de globalização, no sentido de que o mundo estaria prestes a padronizar-se em função das mesmas formas de produção de governança.

Por outro, a RPC divulga, junto aos países africanos em disputa pelo relacionamento com Taiwan, que “a democracia no moldes ocidentais conduzirá a maior desequilíbrio econômico nos países em desenvolvimento”. Os chineses, assim, produzem discurso que contradiz frontalmente a visão prospectiva dos formosinos. Nesse caso, contribuem para uma postura política que leve em conta o fortalecimento da soberania nacional como elemento importante para um novo ordenamento mundial.

* Diplomata de carreira e já serviu por mais de dezesseis anos na região da Ásia-Pacífico, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura e Manila, em missões permanentes, e Xangai e Jacarta, provisoriamente. Em setembro de 1994 foi o coordenador da primeira missão acadêmica brasileira que visitou Cingapura, Pequim e Hong Kong. Atualmente é o Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, Taiwan. As opiniões expressas neste artigo não expressam os pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Conforme mencionado na introdução deste artigo, cabe ressaltar, ainda, que o exercício de reflexão quanto às técnicas de negociação, entre Pequim e Taipé, a respeito da questão do estreito, proporciona, também, aprendizado sobre como devemos conduzir nossas próprias gestões econômicas e interlocução política com o “universo chinês”, do qual a China e Taiwan fazem parte. Verifica-se, por exemplo, que no processo de negociação com chineses, desde o início, cabe precaver-se quanto à necessidade de distinguir entre um enunciado e um compromisso¹. Isto porque, com frequência, a simples proposta do tema a ser discutido já contém, em seu “enunciado”, o “compromisso” que uma das partes pretende obter de seu interlocutor.

Assim, no esforço de restabelecimento das negociações através do estreito, os dirigentes da RPC anunciam, como condição prévia, a aceitação do princípio de “uma China”. Dessa forma, o tópico enunciado pelos chineses, para a discussão com os formosinos, já contém em si mesmo o compromisso que Pequim pretende obter de Taipé. De sua parte, os taiwaneses tratam a idéia de “uma China” como um enunciado que só poderia ser atingido quando, de fato, fosse contornada a “realidade” de que existiriam “duas Chinas”. Seria, portanto, do interesse de Taipé obter, como ponto de partida, o compromisso chinês de que existem uma República Popular da China e outra entidade política, representada por Taiwan.

Na sequência das negociações, há um esforço permanente para estabelecer sucessivas “novas cenas de partida”. Isto é, cada parte procura superar qualquer vitória que o interlocutor tenha obtido, empurrando a discussão para um patamar seguinte, em que novo consenso lhes seja favorável. Na prática, é um criativo exercício de linguagem. O “que foi acordado”, para o “universo chinês”, é com frequência algo inesperado para a “mente ocidental”.

Assim, é necessário perceber, em primeiro lugar, que um negociador de seja qual for a margem do estreito, com frequência, utilizará palavras de seu

interlocutor para encurralá-lo em determinada posição ou levá-lo a concessões. Daí, por exemplo, a relutância formosina em aceitar o princípio de “uma China”, como cena de partida para o reinício das conversações. No momento em que tal enunciado for aceito, a parte chinesa terá vencido a argumentação, pois haverá obtido o compromisso de Taipé quanto à inexistência de outra entidade política, na margem formosina do estreito. Em segundo lugar é conveniente considerar o que é entendido no “universo chinês” como “face”, no sentido de aparências ou “status” social ou político do interlocutor. Dessa forma, sempre tomando como referência as tratativas entre as margens chinesa e taiwanesa do estreito, nota-se que, mesmo antes de se sentarem à mesa, cada parte busca, inclusive com a demonstração de força, exercer pressão ou desmerecer a outra, buscando diminuir-lhe a “face”.

Pequim, de sua parte, enquanto reitera que só aceita conversar com Taipé quando as autoridades formosinas aceitarem o princípio de “uma China”, renova a ameaça de emprego da força militar, caso os líderes taiwaneses insistam em declarar-se uma entidade política separada. Em contrapartida, ao reafirmarem que já são “um país independente”, os seguidores de Chen Shui-bian não cansam de acenar com a existência do “Taiwan Relations Act”, que obriga os EUA a assistirem militarmente a ilha, caso esta seja invadida pelo continente.

Cabe observar, ainda, que outra característica dos negociadores do “universo chinês” é a da tentativa de colocar o adversário em situações de tomadas de decisão sob pressão permanente, do tipo “pegar ou largar”. Mas, em seguida, adotam nova postura, indicando que, na verdade, não atribuíam tanta importância à exigência que haviam acabado de fazer. Quanto a este aspecto, tanto os chineses, quanto os taiwaneses, adotam a tática de reinterpretar um suposto “compromisso final”, de acordo com sua própria conveniência. Isto é, após o acordo obtido em 1992 sobre a possibilidade de que cada parte

¹ Vide, a respeito de experiência de negociação cultural com o “universo chinês”, a conclusão do livro “Iruan nas Reinações Asiáticas”, por Paulo A. Pereira Pinto, editora AGE, RS, em 2004.

admitisse a existência de “uma China”, segundo sua conveniência Pequim passou a reinterpretar que esta única China seria a RPC, enquanto Taipé insistiria que se tratava, na verdade, de consenso quanto a persistência da “República da China”, fundada em 1912.

Na linha de raciocínio que se procurou desenvolver nos parágrafos acima, ambas as partes chegam, nessas sequências de consensos, a patamares distintos, que significariam novas censa de partida, a serem rediscutidas, em função de enunciados renovados, até que, em algum momento, se chegue a compromisso.

Para o autor do livro, reitera-se, a reflexão sobre essas técnicas de negociações é fundamental para que possamos nos situar melhor, por exemplo, quando Pequim anuncia que pretende fortalecer uma “parceria estratégica” com Brasília. É necessário identificar, com nitidez, a diferença entre o que está sendo enunciado – a ser perseguido – e os sucessivos consensos – a serem percorridos – até que se chegue a compromisso final, incluindo interesses de ambas as partes.

Entre os ensinamentos que ficam do estudo da interlocução com e intra “universo chinês” – sempre segundo a proposta desta coluna – seria possível registrar que: a) nesta parte do mundo, esticam-se, ao máximo, as negociações, no esforço de identificar novas vantagens a serem obtidas do interlocutor, utilizando-se o leque de artifícios e pressões relacionadas acima. Uma tática frequentemente aplicada é a de repetir enunciados ou indagações semelhantes. Nesse processo, os negociadores sínicos usam e abusam de detalhadas anotações. Acima de tudo, trabalham em perfeita sintonia, isto é, não demonstram contradições internas perante seus

interlocutores. Fica sempre claro que a verdadeira agenda do grupo é cuidadosamente disfarçada; b) para a adequada condução de conversações com pessoas herdeiras desta cultura, deve-se, inicialmente, entender que os encontros de alto nível não necessariamente proporcionarão – de acordo com nossa maneira de negociar – a oportunidade final para compromissos definitivos. Para os chineses, na verdade, estes são momentos para exibir a tal “face”, executar um ritual, durante o qual buscarão demonstrar sua superioridade. O que vale, para eles, é o relacionamento pessoal desenvolvido durante as reuniões preparatórias, os sucessivos consensos obtidos, através das formas de pressão e concessões conseguidas. Daí, ser fundamental que a outra parte, com antecedência, disponha de propostas em comum – que não seriam rediscutidas perante o adversário, revelando, assim, falta de coerência interna; não alterne seus negociadores, pois tal hesitação levará o grupo chinês a testar as vulnerabilidades do novo interlocutor; e cabe, em encontros prévios, negociar processos claros para a barganha com os chineses, antecipando, se possível, quais são os patamares a serem almejados, bem como os pontos quanto aos quais não haverá concessões.

No livro “Iruan nas Reinações Asiáticas”, já citado na nota de rodapé, procurei descrever o processo de negociação cultural que desenvolvi, a título de assistência consular ao menino gaúcho, entre 2001 e 2004, quanto tive oportunidade de colocar em prática alguns dos ensinamentos que julgava haver obtido, através da observação e estudo das formas de interlocução desenvolvidas entre as duas margens do estreito.



Dois anos da Política Externa de Lula

José Flávio Sombra Saraiva*

A avaliação da política externa do governo Lula é altamente positiva ao final do segundo ano do mandato presidencial. Em primeiro lugar, o presidente soube dar valor ao acumulado histórico da diplomacia brasileira e seu profissionalismo na defesa dos interesses do país. Ante a complexa e confusa conformação da sociedade internacional contemporânea, o Brasil de Lula vem sendo observado como um país confiável e racional, que busca construir diálogo construtivo para a convivência plural entre os povos. Há tempo não se viam os diplomatas brasileiros trabalharem tanto quanto nesses últimos dois anos. Eles não podem declarar isso abertamente. Mas estão em geral sobrecarregados pelas tarefas que se ampliaram.

Tais modificações apenas foram possíveis porque houve vontade política de adensar a presença internacional do Brasil e dar mais musculação às negociações, em múltiplos tabuleiros internacionais, ante a alta complexidade dos jogos. Das tradicionais relações com os Estados Unidos e a Europa à via da construção de alianças ao Sul, o Brasil de Lula vem dando prova de vontade de melhor participar dos assuntos mundiais.

Nessa área, como já percebem os grandes analistas de política internacional mundo afora, o Brasil passou a responder melhor às expectativas criadas em torno de um país continental, portador de natural liderança regional e de responsabilidade global. As iniciativas de relançamento da política africana do Brasil e da construção de parcerias com a Índia e a África do Sul exemplificam a mudança positiva. A formação do grupo de países que defendem uma estratégia comum de acesso aos mercados fechados do Norte é outro exemplo. A ampliação do conceito de sul-americanidade é algo a ser celebrado pelos historiadores no futuro.

A política externa de Lula é realista, universalista, pragmática, apresenta resultados concretos e responde melhor aos interesses que vinham se esboçando no seio da sociedade brasileira, no parlamento, nas universidades e nos grupos sociais organizados nos últimos anos. Havia no ar uma certa desconfiança em relação ao liberalismo desenfreado que levava o Brasil a transferir renda e patrimônio nos anos 1990 para o exterior. Havia uma certa precaução em relação à concentração anterior nas relações de submissão aos centros hegemônicos. Lula fez, assim, uma correção de rumos que foi solicitada por aqueles que, ao o elegerem, também reivindicavam um modelo de inserção que fosse menos vulnerável para o Brasil e mais autônomo e desenvolvimentista.

A política interna é mais nervosa e sujeita a mudanças governo a governo. A política externa é mais de Estado, racional, de longo prazo. A política externa, no entanto, se transforma, como qualquer fenômeno da vida política, social e institucional dos povos. Ao contrário do que se repete muito no Brasil, a política externa sofre nuanças próprias e está sujeita a novas ênfases e mudança de paradigmas que vão se alterando no tempo, mesmo que em uma dinâmica mais lenta que a política doméstica.

Nesse sentido, a política externa de Lula rompeu com a de Cardoso. A diplomacia de interesses a serem defendidos substituiu a diplomacia presidencial, de prestígio pessoal do governante, ainda que Lula tenha igualmente enorme prestígio internacional. A política de comércio exterior no governo Lula foi acoplada à política externa para amenizar as vulnerabilidades do país e auxiliar no esforço de recomposição da poupança interna. Esse foi um passo essencial do governo Lula em relação à dimensão secundária com que o fator estratégico do comércio internacional foi

* Professor adjunto do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e diretor-geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI).

tratado na era Cardoso. E mais importante, o governo Lula acredita que é possível construir um mundo mais multipolar do que acreditava Cardoso. Nesse sentido, a leitura do ambiente internacional e de suas possibilidades se fez mais sofisticada no governo Lula, conforme a própria história recente vem demonstrando.

O Brasil colherá, no plano externo, os frutos das árvores que foram plantadas. O reencontro com a África já mostra seus resultados juntos às lideranças daquele continente. A abertura para a Ásia, especialmente para os rincões chinês e indiano, trará ainda mais frutos, especialmente na área comercial, mas igualmente na construção de plataformas

de negociação ao Sul que engendram força supletiva ao esforço de afirmação dos interesses políticos e econômicos desses grandes estados. O espaço de manobra na ação externa se fará maior na mesma proporção em que os resultados esperados forem sendo alcançados.

Na América do Sul, apesar de visões ainda derrotistas do passado e das conspirações contra a

união das nações da região, a tese brasileira de que a união faz a força está ganhando terreno prático. As relações com os Estados Unidos tendem a melhorar no sentido de que os norte-americanos preferem trabalhar com países que tenham idéias claras dos seus próprios interesses nacionais. A Europa também terá que entender que o Brasil não pode apenas relacionar-se com ela, via Mercosul e América do Sul, com as vantagens da herança contural comum. Eles também precisam fazer alguma concessão se quiserem continuar a pronunciar discursos acerca da dimensão européia da cultura latino-americana.

Em síntese, pouca novidade no front na política externa no ano de 2005, exceto o desejo de que ela siga o curso que vem dando contorno todo especial ao lugar que o Brasil merece ter no concerto das nações. Os críticos da nova inflexão externa do Brasil estão cada vez mais entrincheirados, mas sem armas de combate. Falta-lhes memória e capacidade de ver o conjunto dos interesses do país. A história saberá julgar esse momento.



A encruzilhada sul-americana: integração regional e inserção global

Thiago Gehre*

Reafirmamos nesta XVIII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio a certeza de que as iniciativas de integração em nossa região fortalecem a perspectiva de crescermos juntos, de forma sustentada, e de nos beneficiarmos desse crescimento, ao mesmo tempo em que nos preparamos para participar da economia mundializada.

(Declaração do Rio de Janeiro, 5 de novembro de 2004)

Ao retomar as conversações de alto nível com seus vizinhos sul-americanos, por meio do Grupo do Rio, o Brasil estava pisando em terreno bem conhecido por nossa diplomacia, logo, tomando uma posição ativa no cenário internacional. Assim, um raio-x da Reunião do G-Rio no Brasil em novembro de 2004 pode fornecer um diagnóstico dos desafios e opções que se apresentam aos países sul-americanos, em especial para o Brasil, na nova ordem internacional que se desenha no início do século XXI.

A reunião do G-Rio, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 3 e 5 de novembro de 2004 – local da estréia deste tabuleiro de concertação política em 1986, derivado do então chamado Grupo de Contadora – reforçou o apelo dos países latino-americanos aos instrumentos multilaterais e cooperativos de solução dos problemas internacionais. Como bem coloca o presidente Lula:

Temos a clara consciência que os problemas e conflitos (na região) são maiores e mais complexos que a nossa capacidade de equacionar individualmente [...] Nenhum país pode prescindir do diálogo e da cooperação. Por isso, queremos lançar mão cada vez mais da ação conjunta para dar resposta ao desafio da inclusão social.

Num grupo formado por 19 países, 10 pertencem à América do Sul, o que demonstra a importância do subcontinente para a política internacional hemisférica,

sobretudo a porção periférica, e fornece ao Brasil a possibilidade natural de ser um protagonista no jogo político regional.

Nos últimos anos o Grupo do Rio vem mantendo-se em sintonia com as grandes questões internacionais, o que o coloca como uma plataforma de lançamento da região para a política internacional global. Vale lembrar o apelo do presidente Lula no encontro do G-8 em Evian na França, em 2003, quando ressaltou o trabalho do G-Rio que discutia mecanismos inovadores de financiamento para combater a pobreza e investir em infra-estrutura. Em suas palavras: “Os países da América Latina e do Caribe, que integram o Grupo do Rio, [...] incumbiram ao presidente Vicente Fox, do México, e a mim para que fôssemos seus porta-vozes aqui em Evian”.

Nos outros anos o G-Rio esteve sempre antenado às situações mais críticas da arena internacional; entre 2000 e 2004 a precariedade institucional do estado colombiano foi alvo de diversas discussões e proposições dos estados-parte em favor do processo de paz naquele país; em 2001 o G-Rio se preocupou em fornecer uma resposta coerente aos impactos do 11 de setembro no mundo, ao manter um sistema permanente de consultas para adequar a legislação dos países ao objetivo de combater eficazmente as ações terroristas internacionais mas, sobretudo, ressaltando que as ações fossem tomadas consoante

* Professor do Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB e mestre em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB.

os preceitos contidos na Carta da ONU. Já em 2002, a crise na Venezuela foi vista como importante mas não polarizou as atenções dos membros do G-Rio, que depois de ajudar na formação do Grupo de Amigos para mediar o conflito interno que se instalara no país e conclamar a preservação da democracia no marco da Carta Democrática Interamericana, também se preocuparia com uma agenda extensiva, passando por direitos humanos, corrupção, desarmamento e o recrudescimento do conflito no Oriente Médio.

Em 2004, as atenções e as energias despendidas durante os trabalhos da 18ª Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo dos países membros do G-Rio tiveram um alvo certo: a crise haitiana, pois “tal magnitude e complexidade [...] se tem convertido em preocupação prioritária para o Grupo do Rio”. É desta forma que o protagonismo brasileiro se evidenciaria, especialmente por estar o Brasil comandando a Missão da ONU de Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

Não obstante, outros fatores demonstrariam a eficiência da diplomacia brasileira em compor uma agenda de discussões que gerasse um produto de acordo com os objetivos de política exterior do Brasil. Primeiro, ao incluir na Declaração do Rio de Janeiro um tópico sobre “o fortalecimento e a reforma integral das Nações Unidas” diante das exigências da nova realidade internacional, o que se refere ao projeto brasileiro de inclusão no Conselho de Segurança como membro permanente. Segundo, ao insistir na internacionalização de um tema da agenda política nacional, o combate à fome e à pobreza, ressaltando o papel do Brasil junto à ONU para fortalecer a cooperação internacional visando este objetivo. Terceiro, ao apoiar à adoção de mecanismos financeiros inovadores compatíveis com as condições específicas de política econômica e fiscal dos países sul-americanos, para melhorar o custo-benefício na utilização dos recursos proveniente do FMI, especialmente aqueles a serem investidos em projetos de infra-estrutura e programas sociais.

Neste sentido, merece destaque a proposta de criação da Autoridade Sul-Americana de Investimento (ASI), uma nova alternativa para os países latino-

americanos e caribenhos captarem novos recursos para investir em obras de infra-estrutura. Contudo, permanece o impasse visto que uma das principais questões relacionadas à criação de novos mecanismos de financiamento é a possibilidade de obter novos investimentos sem que eles sejam computados como despesas, o que ainda não foi aceito pelo FMI. Segundo o novo presidente do BNDES Guido Mantega “a proposta da ASI não ficou madura o suficiente para ser aprovada pelo Grupo do Rio”. O problema, segundo o ministro, se refere aos limites fiscais para obtenção de recursos, já que estes estariam disponíveis nos quadros do BID, da CAF e do próprio BNDES.

Além do protagonismo brasileiro, sempre importantes são as atuações de Argentina e Venezuela, que estruturam com o Brasil as vertentes da integração sul-americana. O eixo Caracas-Brasília-Buenos Aires estremeceria com a ausência do presidente argentino Nestor Kirchner, que privilegiou temas da agenda interna (desaparecidos políticos no regime militar) e sinalizou com a tradicional inconstância da política externa argentina em relação aos foros regionais, talvez como resultado dos cálculos estratégicos com base nos interesses e lealdades nacionais.

Por outro lado, possibilitou que o venezuelano Hugo Chavez ganhasse mais espaço para apresentar suas idéias, principalmente as críticas feitas à atuação dos EUA no mundo e na região e a forma como os países têm tratado a questão haitiana. Neste último, apesar do coordenador da delegação brasileira, Marcelo Vasconcelos, afirmar que não existiam divergências relevantes sobre as formas de socorro ao país, Hugo Chavez aparece como a voz dissonante:

En vez de estar [...] buscando fórmulas de ocupación, o fórmulas muy parecidas a las que se utilizan en los países del Norte, de intervención [...] nosotros sí debemos hacer mucho por Haití, pero no copiar el mismo esquema de los países que han sido imperio o que todavía son imperio, vamos a diseñar nuestros propios métodos.

Além disso, se posicionaria contra à forma como se operou a retirada de Jean Bertrand Aristide do

poder. Chavez considera que o governo que está no Haiti carece de legitimidade por ter sido imposto pelos Estados Unidos e que seria preciso dar viabilidade política ao país fornecendo ao povo haitiano voz de decisão acima das soluções propostas pelas elites nacionais e internacionais.

Em termos estruturais, o G-Rio, numa perspectiva de longa duração, apresenta duas grandes fraturas. A primeira diz respeito à dificuldade de se apresentar como um foro autônomo e independente de outros arranjos internacionais ao mesmo tempo em que exalta sua ligação com o quadro da ONU. Neste caso, induz um comportamento individualista e não cooperativo ao apresentar o Grupo como um simples instrumento para algumas políticas exteriores. Em segundo, não promove a construção de uma identidade institucional capaz de originar um objetivo comunitário que faça com que a integração regional se eleve a um outro estágio do que o existente hoje. Neste quesito os avanços, como de rotina, foram apresentados na perspectiva econômica, com a aproximação do Mercosul e da Comunidade Andina.

Em suma, a Reunião do G-Rio no Brasil foi marcada por três conjuntos de eventos: o protagonismo brasileiro na concertação diplomática sul-americana, as incertezas e indefinições argentinas (talvez pelo surgimento de uma nova corrente anti-brasileirista no vizinho portenho) e, como consequência das outras duas, a pró-atividade da Venezuela, com uma postura crítica e incisiva diante das estruturas hegemônicas internacionais. Por trás de eventos, acordos e palavras, encontram-se as figuras representativas de dois Homens de Estado, Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chavez Frias.

Diante do quadro apresentado, a América do Sul estaria estacionada em uma encruzilhada, entre os caminhos da integração regional e os caminhos da inserção global. Este último é representado pela globalização assimétrica e pelas estruturas institucionais

hegemônicas, como a ALCA, e tende a afunilar os caminhos do desenvolvimento periférico em razão de uma preocupação exacerbada com questões sensíveis aos países centrais e/ou relativos à alta política, como o terrorismo internacional.

Já o primeiro caminho, mesmo que trilhado de forma inconstante na história das Relações Internacionais da América do Sul, permanece sendo uma oportunidade a ser melhor aproveitada, sobretudo pela possibilidade de conformação de uma **Comunidade Sul-americana de Nações** que começa a ganhar molde de proposta concreta e se distancia da retórica e do discurso diplomático, com a confirmação de sua instituição na terceira edição da Reunião de Presidentes da América do Sul.

El 8 de diciembre [2004], en la Reunión de Presidentes Sudamericanos en el Cusco, América Latina verá nacer a la Comunidad Sudamericana de Naciones como un actor internacional diferenciado. Esta iniciativa realiza aspiraciones durante 180 años postergadas.

Como explica o chanceler peruano Rodriguez Cuadros, trata-se da realização de uma projeção histórica do século 19, das aspirações idealistas de Simon Bolívar, por uma América do Sul unida que contaminariam os quadros sociais e políticos de toda América Latina ao longo do século 20 e que permanece sendo um caminho a ser trilhado pelos países sul-americanos no alvorecer do século 21.

Por fim, como lembra Hans Morgenthau, num óbvio contraponto realista ao idealismo integracionista, enquanto se continuar a tomar decisões (analisar, julgar, agir e reagir) com base em padrões e lealdades nacionais, a Comunidade Mundial (neste caso regional) permanecerá como um postulado a se realizar na história das relações internacionais, o que empurrará os países sul-americanos pelos caminhos da inserção global desenfreada.



Brasil e China: parceria promissora

Virgílio Arraes*

A partir dos anos 70, três sucessivas ondas asiáticas de desenvolvimento destacaram-se no mundo capitalista: o Japão, os chamados Tigres Asiáticos – Cingapura, Coréia do Sul, Hong Kong e Formosa – e, por fim, a China, a despeito de ser ainda formalmente um Estado comunista. De todos eles, o mais preservado em relação a recentes turbulências financeiras internacionais tem sido a última, transformada em uma robusta plataforma de exportação, ao atrair maciçamente investimentos do Ocidente, em especial dos Estados Unidos (EUA).

Historicamente, a opção por um regime que conjugasse características tanto do socialismo bem como do capitalismo decorre do fim da década de 70, como uma alternativa dentro do campo bipolar da Guerra Fria para não incorrer no mesmo processo de desenvolvimento da União Soviética (URSS), que demonstrava os seus primeiros sinais de estagnação, não obstante a oportunidade propiciada pelo aumento dos preços do petróleo e gás. A saída soviética foi a opção bonapartista, ou seja, a ação militar externa – no caso, a contenção do fundamentalismo afegão – a fim de forjar um consenso interno, ao minimizar ou mesmo anular por algum tempo críticas – e conseqüentemente tentativas de reformas – ao funcionamento do seu sistema sócio-político.

A sua opção, no curto prazo, revelar-se-ia positiva, ao possibilitar-lhe a recomposição de seu território original sem a utilização de recursos militares. Assim, reincorporaria Hong Kong (1997) da Grã-Bretanha e Macau (1999) de Portugal, restando-lhe apenas Formosa, considerada como uma questão interna, a fim de evitar transtornos diplomáticos com outros países, notadamente os Estados Unidos. Destarte, consolidar-se-ia a seguinte postura política: uma nação, dois sistemas. No entanto, registre-se a

existência de tensões geopolíticas como as do Tibete e Turquestão Oriental (Xinjiang) por motivos religiosos.

O processo de desenvolvimento industrial do país conjuga duas formas de atuação: o estabelecimento de zonas econômicas especiais, situadas na costa, por meio das quais se procuraria atrair investimentos externos, que seriam, primordialmente, voltados para setores de exportação e não de infra-estrutura, com vistas a não pressionar o balanço de pagamentos e, simultaneamente, o deslocamento de mão-de-obra agrícola (65% do total) para as regiões recém-industrializadas, a fim de amenizar desequilíbrios salariais e desemprego. O destino maior dos dólares recebidos é a troca por títulos públicos norte-americanos, que se tornam suas reservas.

Ademais, por meio da valorização de laços étnicos/culturais com seus emigrantes e descendentes – estimados em cerca de 50 milhões –, a China espria sua presença diplomática e financeira principalmente no Sudeste Asiático, onde não é incomum seus naturais alçarem-se à elite sócio-política dos países em que se estabelecem. O resultado desde o último decênio do século passado sinaliza um crescimento sempre acima de 7,5%, o que possibilita dobrar o seu produto interno bruto a cada dez anos, de forma que, nas duas ou três décadas vindouras, a China poder-se-ia tornar a segunda economia mundial.

Desta forma, cresce naturalmente sua importância para a América do Sul, especialmente para o MERCOSUL, exportador significativo de produtos primários. Em decorrência da variação do dólar, a China intensifica a diversificação de suas aplicações resultantes do investimento externo, de forma que ela mesma se torne uma grande investidora potencial em determinados segmentos.

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e doutorando em História das Relações Internacionais na mesma universidade.

O mercado chinês é sobremaneira expressivo para as exportações brasileiras – atrás apenas dos Estados Unidos e Argentina. Deste modo, para o Brasil, o estreitamento das relações comerciais significa a captação de recursos para setores exportadores importantes como a soja – a China considera o país fornecedor fundamental para garantir sua segurança alimentar – e minério de ferro – por causa do seu ritmo de crescimento avassalador na construção civil, a China responde por 1/3 do consumo mundial de aço. Nesse sentido, o governo chinês pretende investir na recuperação e ampliação de ferrovias e portos, por exemplo.

Como contrapartida a seus possíveis investimentos, a China solicitou ao Brasil o seu reconhecimento como

economia de mercado, no que seria de pronto atendida. Com a mudança simbólica do status, visto que só se efetivaria após o reconhecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), ela acena, de modo duradouro, com a possibilidade de maior abertura de seu mercado ao Brasil como recompensa pela iniciativa pioneira. De início, à guisa de boa vontade, a China amplia o espaço comercial ao setor alimentício – carne de boi e frango – e aéreo.

Quais as expectativas brasileiras? Em face do progressivo esforço de instituir um perfil exportador amparado no setor primário – como forma de inserção no atual cenário internacional – o Brasil aguarda dobrar até 2007 o volume do comércio com o Estado chinês – atualmente em 10 bilhões de dólares.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Conselho Editorial: Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Argemiro Procópio Filho, Virgílio Caixeta Arraes.

Diagramação e edit. eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – samueltabosa@ig.com.br